

Emprego doméstico na Região Metropolitana de Porto Alegre, em 2015

Em 2015, o desempenho negativo do mercado de trabalho, diante da intensa retração do nível de atividade econômica, resultou em queda no nível de ocupação e do rendimento médio, além da elevação da taxa de desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Diante desse cenário, verificou-se aumento no número de empregadas domésticas, na RMPA, interrompendo a tendência de declínio observada desde o ano de 2008. O rendimento médio real por hora apresentou redução para as mensalistas com carteira de trabalho assinada e ficou estável para as diaristas.

O serviço doméstico é uma importante alternativa de trabalho, principalmente para as mulheres maduras e com baixa escolaridade, o que torna presente a necessidade de acompanhar os possíveis impactos sobre os serviços domésticos, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de abril de 2013, e da Lei Complementar nº 150, de 1 de junho de 2015 (PEC das domésticas), que estende, aos empregados domésticos, a maioria dos direitos previstos aos demais trabalhadores registrados com carteira de trabalho assinada (em regime da CLT), como proteção do salário, jornada máxima, horas extras, segurança do trabalho, FGTS obrigatório, seguro-desemprego, dentre outros. Destaca-se que ainda é cedo para afirmar que algumas mudanças percebidas nas características do emprego doméstico tenham sido decorrentes da nova legislação.

Neste estudo, são analisadas as informações sobre as mulheres no emprego doméstico, como uma maneira de melhor entender esse segmento em situações típicas, uma vez que os homens, além de comporem uma parcela muito pequena, costumam exercer atividades com características bastante distintas das desempenhadas pelas mulheres, como as de motorista e de jardineiro.

Dessa forma, este boletim faz uma análise do emprego doméstico em 2015, com dados sobre forma de contratação, região de moradia e de trabalho, jornada média de trabalho, rendimento médio real por hora e contribuição para a Previdência Social.

As empregadas domésticas na Região Metropolitana de Porto Alegre

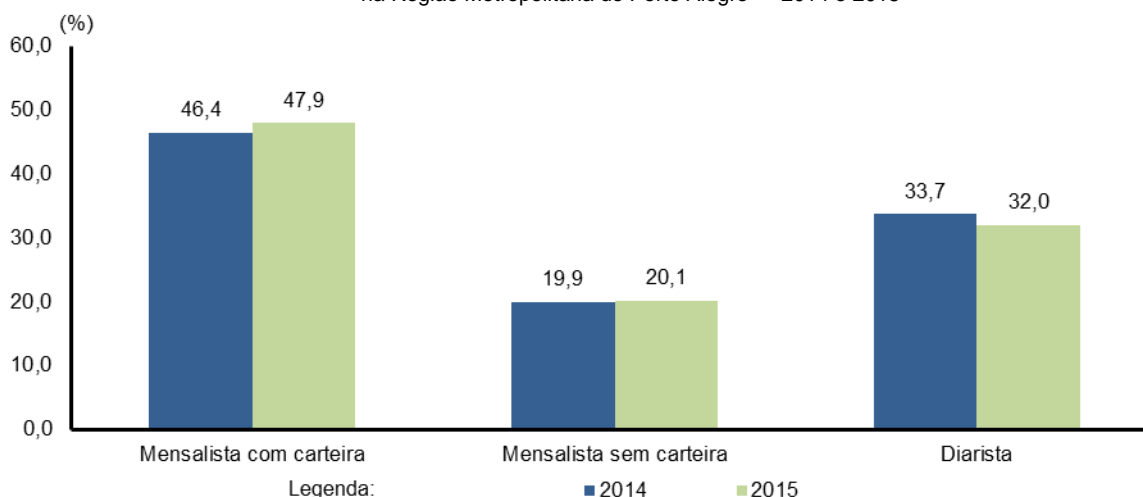
Em 2015, a participação dos serviços domésticos no total dos ocupados, na Região Metropolitana de Porto Alegre, era de 5,2%, sendo que as mulheres representavam 96,7% dos ocupados inseridos nesse segmento — 88 mil trabalhadoras —, principalmente em atividades de serviços gerais, contratadas com, ou sem, carteira de trabalho assinada, ou trabalhando como diaristas.

Em relação ao total de mulheres ocupadas, o emprego doméstico aumentou a sua participação de 10,4% em 2014 para 10,8% em 2015, interrompendo uma trajetória de declínio observada desde 2008, no mercado de trabalho da Região.

As empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada, posição na ocupação de maior tamanho no emprego doméstico feminino, apresentaram crescimento em sua participação relativa, de 46,4% em 2014 para 47,9% em 2015, em detrimento das trabalhadoras diaristas, que passaram de 33,7% para 32,0%. Já a parcela relativa das mensalistas sem carteira de trabalho assinada ficou relativamente estável, ao passar de 19,9% em 2014 para 20,1% em 2015 (Gráfico 1).

Gráfico 1

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2014 e 2015

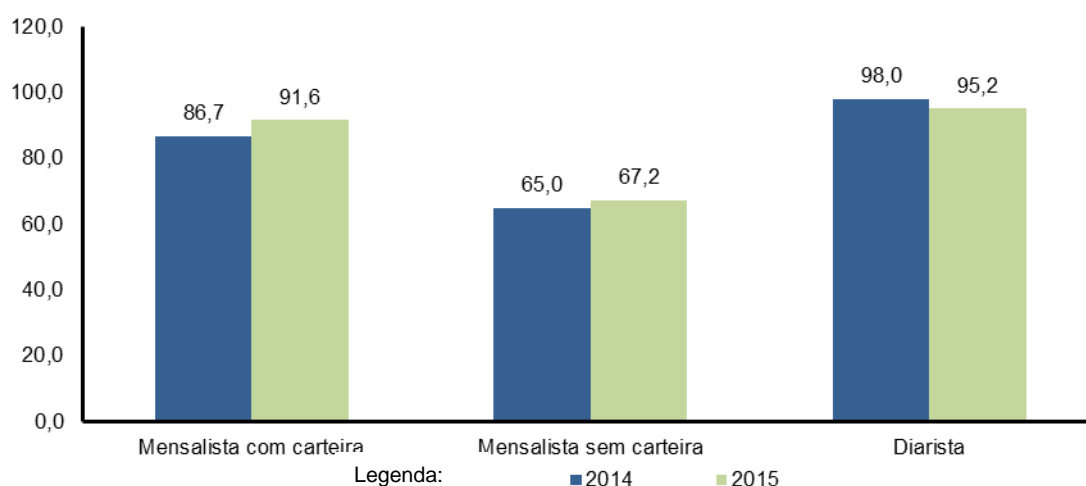


FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

O emprego doméstico feminino apresentou elevação de 2,3% em 2015 (mais 2 mil ocupadas) em comparação ao do ano anterior. De acordo com a posição na ocupação, verificou-se aumento para as mensalistas, sendo de 5,6% entre as com carteira de trabalho assinada (mais 2 mil empregadas) e de 3,4% entre as sem carteira assinada (mais 1 mil ocupadas). Já entre as diaristas, observou-se redução de 2,8% (menos 1 mil ocupadas) – (Gráfico 2). Isso indica que, apesar da deterioração do mercado de trabalho regional ocorrida em 2015, o aumento no contingente de trabalhadoras domésticas ocorreu, principalmente, na ocupação que apresenta maior proteção social.

Gráfico 2

Índices do nível de ocupação das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2014 e 2015



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

NOTA: 1. A base do índice é o ano de 2009 =100.

2. As estimativas de jan./15 a abr./15 foram corrigidas em jan./16, devido à atualização de pesos amostrais.

3. Projeções populacionais atualizadas em jan./16; ver **Nota técnica nº 2**.

Perfil das trabalhadoras domésticas

De acordo com as características sociodemográficas, o aumento no contingente de trabalhadoras domésticas, em 2015, ocorreu entre as mulheres não negras, que passaram a representar 79,2% do total das trabalhadoras. Já as mulheres negras representavam 20,8% das domésticas, no mesmo ano, o que mostra uma sobrerrepresentação dessa população, uma vez que as negras constituíam 13,6% da

População Economicamente Ativa (PEA) na RMPA, em 2015.

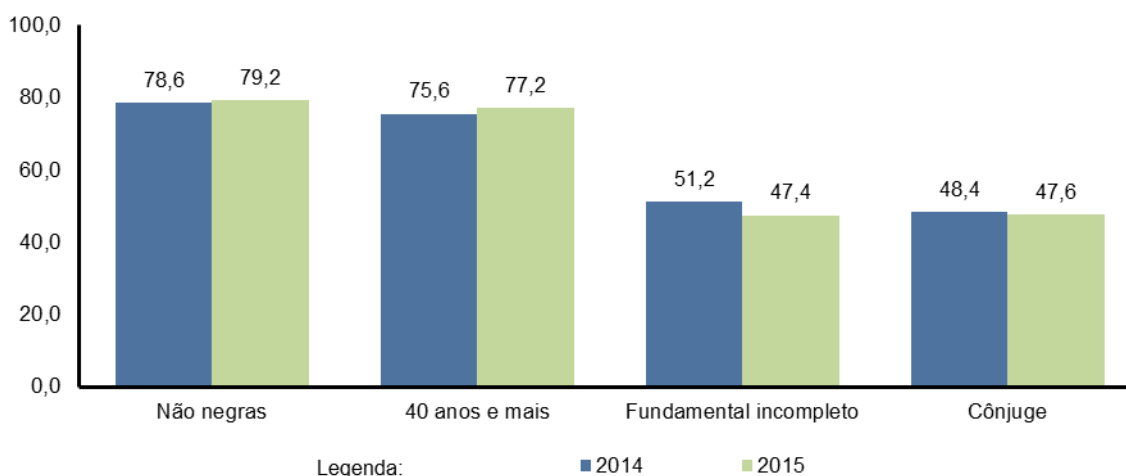
Destaca-se que o serviço doméstico continua sendo uma importante alternativa de trabalho para as mulheres maduras e que elas estão envelhecendo nessa ocupação, confirmando uma tendência da força de trabalho regional. Em 2014, 75,6% dessas trabalhadoras tinham 40 anos e mais, parcela que aumentou para 77,2% em 2015.

Em relação ao grau de instrução, observou-se, em 2015, um avanço na escolaridade das domésticas e que a parcela das mulheres que possuem o ensino médio completo ou superior incompleto aumentou de 19,5% em 2014 para 23,9% em 2015, principalmente entre as mensalistas com carteira de trabalho assinada. Entretanto a maior parte das trabalhadoras domésticas possui baixa escolaridade, visto que 47,4% delas não tinham concluído o ensino fundamental em 2015 (Gráfico 3).

Quanto à posição no domicílio, as cônjuges continuam tendo a maior parcela entre as domésticas, representando 47,6% delas, enquanto as chefe de domicílio eram 40,3% das trabalhadoras em 2015. Contudo os dados revelam uma inserção ocupacional menos favorável quanto aos direitos trabalhistas para as chefes de domicílio, dado que 60% delas trabalhavam como mensalistas sem carteira assinada ou como diaristas, em 2015, enquanto 50% das cônjuges eram mensalistas com carteira assinada.

Gráfico 3

Distribuição percentual das mulheres empregadas domésticas, segundo as características sociodemográficas, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2014 e 2015



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

Trabalho e local de moradia

A parcela de empregadas domésticas da RMPA residentes no Município de Porto Alegre aumentou de 34,2% em 2014 para 37,8% em 2015. Esse acréscimo ocorreu, principalmente, entre as mensalistas sem carteira assinada e diaristas, dado que as residentes na Capital gaúcha passaram a representar 40,9% e 32,1% respectivamente. Por sua vez, a proporção das trabalhadoras que residiam nos demais municípios da RMPA reduziu-se de 65,8% em 2014 para 62,2% em 2015 (Tabela 1).

Tabela 1
 Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por município de moradia na Região Metropolitana de Porto Alegre, segundo a posição na ocupação — 2014 e 2015 (%)

PERÍODO E MUNICÍPIO DE MORADIA	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada	
2014				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Município de Porto Alegre	34,2	40,1	(1)-	25,5
Demais municípios da RMPA	65,8	59,9	65,0	74,5
2015				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Município de Porto Alegre	37,8	40,3	40,9	32,1
Demais municípios da RMPA	62,2	59,7	59,1	67,9

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

As trabalhadoras domésticas que residiam e trabalhavam em municípios distintos apresentaram redução de 32,9% em 2014 para 28,5% em 2015, enquanto aquelas que residiam e trabalhavam no mesmo município aumentaram para 71,5% em 2015 contra 67,1% no ano anterior. Isso revela que a dificuldade de encontrar trabalho próximo de sua moradia diminuiu no último ano, principalmente entre as mensalistas sem carteira assinada, pois a parcela delas, nessa situação, foi ampliada de 77,0% para 84,6% no mesmo período. Verificou-se que a parcela das trabalhadoras domésticas que residiam e trabalhavam no Município de Porto Alegre, em 2015, era de 40,0% entre as mensalistas com carteira, 40,2% entre aquelas sem carteira, e 31,4% entre as diaristas (Tabela 2).

Observa-se que o tema da mobilidade é relevante nessa ocupação, pois mesmo aquelas que residiam e trabalhavam no mesmo município, não raro, precisam percorrer longos trajetos diariamente, ao se deslocarem de locais mais periféricos para trabalharem em regiões mais centrais.

Tabela 2

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo a região de moradia e de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2014 e 2015

(%)

PERÍODO E REGIÃO DE MORADIA E DE TRABALHO	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada	
2014				
RMPA	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	67,1	65,6	77,0	63,4
No Município de Porto Alegre	33,6	39,1	(1)-	25,0
Fora do Município de Porto Alegre	33,5	26,5	42,0	38,4
Reside e trabalha em municípios distintos	32,9	34,4	(1)-	36,6
Reside no Município de Porto Alegre	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Reside fora do Município de Porto Alegre	32,2	33,4	(1)-	36,1
2015				
RMPA	100,0	100,0	100,0	100,0
Reside e trabalha no mesmo município	71,5	69,0	84,6	67,0
No Município de Porto Alegre	37,3	40,0	40,2	31,4
Fora do Município de Porto Alegre	34,2	29,0	44,4	35,6
Reside e trabalha em municípios distintos	28,5	31,0	(1)-	33,0
Reside no Município de Porto Alegre	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Reside fora do Município de Porto Alegre	28,0	30,7	(1)-	32,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

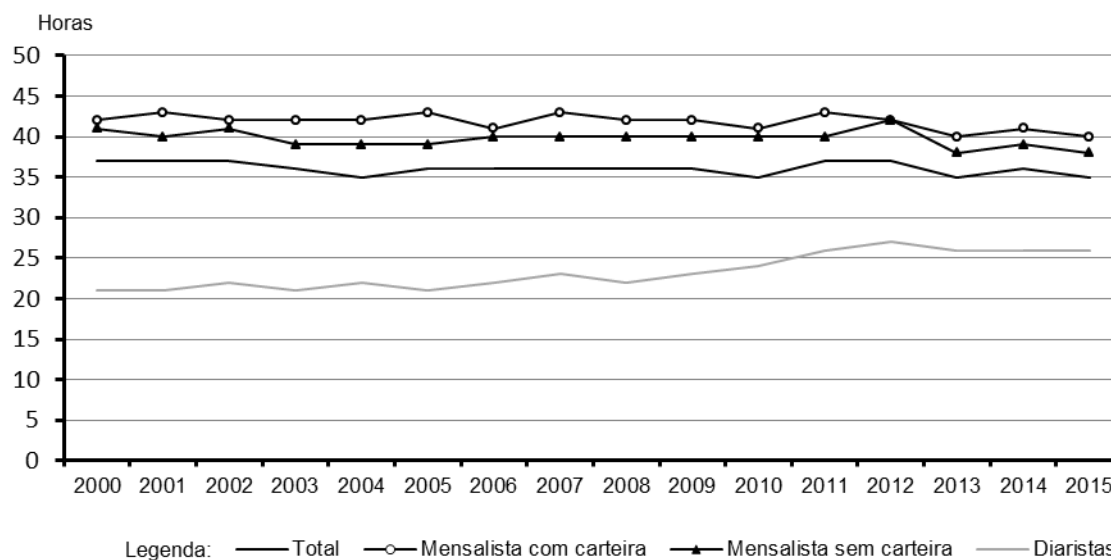
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Jornada de trabalho e rendimentos

A jornada média semanal de trabalho das empregadas domésticas reduziu-se de 36 horas em 2014 para 35 horas em 2015 (Gráfico 4). Constata-se que esse comportamento se deveu ao decréscimo de uma hora na jornada média semanal trabalhada das empregadas domésticas mensalistas, tendo sido estimado em 40 horas para aquelas com carteira e em 38 horas para as sem carteira, em 2015. Já a jornada de trabalho das diaristas manteve-se estável em 26 horas, no mesmo ano.

Gráfico 4

Jornada média semanal trabalhada no trabalho principal pelas mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-15



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: A jornada média mensal exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

Destaca-se que, dentre as mudanças previstas com a nova legislação, inclui-se a fixação de limite de jornada de trabalho em até 44 horas semanais e, conseqüentemente, o pagamento pelas horas excedentes. Um dos possíveis efeitos dessa regulação sobre as condições de trabalho das empregadas domésticas com carteira de trabalho assinada é a redução da jornada. De fato, observa-se uma redução de 25,6% em 2014 para 23,0% em 2015, entre aquelas que possuem jornada de trabalho acima de 44 horas semanais (Tabela 3).

Tabela 3

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, segundo as faixas de horas semanais trabalhadas e posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2013-15

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS
		Com carteira	Sem carteira	
2013	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 20 horas	17,2	(1)-	(1)-	37,1
De 21 a 30 horas	17,7	(1)-	(1)-	27,9
De 31 a 44 horas	44,9	60,9	40,5	25,9
Acima de 44 horas	20,2	25,4	(1)-	(1)-
2014	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 20 horas	16,3	(1)-	(1)-	38,6
De 21 a 30 horas	17,8	(1)-	(1)-	25,6
De 31 a 44 horas	45,2	62,4	(1)-	27,4
Acima de 44 horas	20,7	25,6	(1)-	(1)-
2015	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 20 horas	19,3	(1)-	(1)-	41,9
De 21 a 30 horas	15,9	(1)-	(1)-	27,1
De 31 a 44 horas	46,3	63,0	43,9	23,3
Acima de 44 horas	18,5	23,0	(1)-	(1)-

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: A faixa de horas semanais exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana.

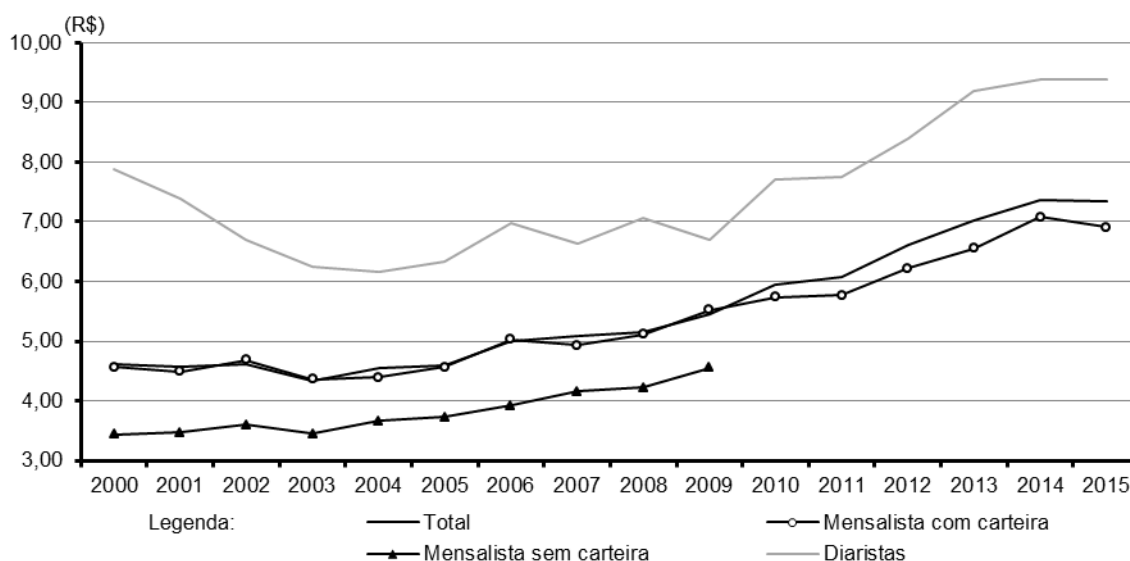
(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

O rendimento médio real por hora das empregadas domésticas reduziu-se em 0,3%, tendo passado de R\$ 7,37 em 2014 para R\$ 7,34 em 2015, interrompendo a trajetória de crescimento observada desde 2004 (Gráfico 5). De acordo com a posição na ocupação, essa redução no rendimento médio real por hora ocorreu entre as empregadas domésticas mensalistas com carteira de trabalho assinada (-2,5%), que passou de R\$ 7,08 em 2014 para R\$ 6,90 em 2015. Já entre as diaristas, o rendimento médio real por hora apresentou estabilidade (R\$ 9,37).

Observa-se que o rendimento médio real por hora das diaristas é superior ao valor do das mensalistas com carteira de trabalho assinada, mas, se for considerado o rendimento médio real mensal, são as empregadas com carteira assinada que apresentam a renda mais elevada (R\$ 1.182,00) em relação à das diaristas (R\$ 1.043,00), devido ao fato de sua jornada de trabalho apresentar, em média, uma quantidade maior de horas.

Gráfico 5

Rendimento médio real por hora de trabalho principal das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2000-14



FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. O rendimento médio real exclui as empregadas domésticas que não trabalharam na semana, as empregadas domésticas assalariadas que não tiveram remuneração no mês e as empregadas domésticas que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício; valores em reais de nov./14; o inflator utilizado foi o IPC-IEPE.

2. A amostra não comporta desagregação para as empregadas mensalistas sem carteira de trabalho assinada, a partir de 2010.

Proteção social

Os dados mostram que a situação das mensalistas sem carteira assinada é a mais precária, já que, além de não terem os seus direitos trabalhistas assegurados com a nova legislação, são as que menos contribuem para a Previdência Social, provavelmente devido à falta de informações e à dificuldade de comprometer parcela de seus baixos rendimentos para participar desse sistema (Tabela 4). Tal situação se torna ainda mais relevante, diante do envelhecimento dessas mulheres nessa ocupação, dado que elas não terão direito à aposentadoria e que o avanço da idade dificulta a realização do trabalho, o que compromete a continuidade delas nesse tipo de ocupação.

Tabela 4

Distribuição das mulheres empregadas domésticas, por posição na ocupação, segundo a contribuição para a Previdência Social, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 2014 e 2015

PERÍODO E CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA OFICIAL	TOTAL	MENSALISTAS		DIARISTAS
		Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada	
2014				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	59,8	99,7	(1)-	30,3
Não contribui	40,2	(1)-	82,9	69,7
2015				
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Contribui	59,4	99,6	(1)-	25,3
Não contribui	40,6	(1)-	81,8	74,7

FONTE: PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTPS/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Situação análoga é verificada entre as diaristas, no que se refere à sua baixa capacidade de contribuição. Observou-se que, nessa categoria, aumentou aquelas que não contribuem para a Previdência Social entre 2014 e 2015.

A situação das diaristas é semelhante à dos trabalhadores autônomos quanto à relação entre trabalho e proteção social. O fato de terem sido contempladas na legislação como microempreendedoras individuais, em janeiro de 2015, possibilitou o acesso delas aos direitos trabalhistas e previdenciários — como auxílio-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, dentre outros —, mas ainda são poucas as beneficiadas, possivelmente devido à falta de informação. Contudo destaca-se que o acesso aos benefícios sociais é muito relevante nessa ocupação, já que uma grande parcela dessas trabalhadoras é chefe de família.

Notas metodológicas

1 Principais conceitos

PIA - População em Idade Ativa - população com 10 anos e mais.

PEA - População Economicamente Ativa - parcela da PIA que está ocupada ou desempregada.

Ocupados - conjunto de pessoas que: (a) possuem trabalho remunerado exercido com regularidade; (b) possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular e não procuram trabalho diferente do atual, excluindo aquelas que, não tendo procurado, exerceram algum trabalho de forma excepcional nos últimos sete dias; e (c) possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, e não procuram trabalho.

Desempregados - conjunto de pessoas que se encontram em uma das situações a seguir:

- **desemprego aberto** - pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;
- **desemprego oculto pelo trabalho precário** - compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que realizam, de forma irregular, algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício;
- **desemprego oculto pelo desalento e outros** - pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) - parcela da PIA que não está ocupada, nem desempregada.

2 Principais indicadores

Taxa global de participação é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

Taxa de desemprego total é igual à relação desempregados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto.

Taxa de ocupação é igual à relação ocupados/PEA e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de ocupados.

Notas técnicas

Nº 1: Alteração dos indicadores de setor de atividade da PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jul./12

Em novembro de 2010, a Pesquisa de Emprego e Desemprego iniciou a captação das informações referentes aos setores de atividade, considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar 2.0). A partir de então, realizou-se dupla codificação dos dados captados no campo: a primeira, utilizando a classificação de atividade econômica da PED; e a segunda, a classificação da CNAE Domiciliar 2.0. Essa codificação em paralelo encerrou-se em maio de 2012, e, a partir de junho de 2012, foi adotada apenas a classificação derivada da CNAE Domiciliar 2.0.

Com isso, as séries contendo informações sobre setor de atividade que utilizavam a classificação anterior, divulgadas até maio de 2012, foram interrompidas, iniciando-se novas séries trimestrais segundo a classificação da CNAE Domiciliar 2.0, com dados a partir de janeiro de 2011. Como decorrência, também foram alteradas as séries respectivas com a evolução dos números-índices, os quais passam a ter como base a média de 2011. Todos os demais indicadores continuam com suas séries inalteradas.

Nº 2: Atualização dos Valores Absolutos das Séries Divulgadas pela PED na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./16

Com a atualização das estimativas populacionais da FEE, o Núcleo de Demografia e Previdência ajustou a série histórica populacional realizada anteriormente para a Região Metropolitana de Porto Alegre. A população total dos meses de julho do período de 2000 a 2014 de cada ano é fornecida pelas Estimativas Populacionais FEE — Revisão 2015, enquanto as populações totais para os demais meses de 2000 a 2014 e para todos os meses a partir de 2015 foram interpoladas e projetadas utilizando técnica de tendência.

A PED-RMPA altera suas séries em números absolutos, a partir de agosto de 2000, referentes a População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa, Ocupados, Desempregados e Inativos com pelo menos 10 anos.



GOV. DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SECRETÁRIO: Cristiano Tatsch

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes. Membros: André F. Nunes de Nunes, Angelino Gomes Soares Neto, André Luis Vieira Campos, Fernando Ferrari Filho, Ricardo Franzói e Carlos Schlabitz. **CONSELHO CURADOR:** Luciano Feltrin, Olavo Cesar Dias Monteiro e Gérson Péricles Tavares Doyll.

PRESIDENTE: Igor Alexandre Clemente de Moraes
DIRETOR TÉCNICO: Martinho Roberto Lazzari
DIRETORA ADMINISTRATIVA: Nóra Angela G. Kraemer

SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETÁRIO: Miki Breier

FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL/SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO (FGTAS/SINE-RS)

PRESIDENTE: Juarez Santinon
DIRETOR TÉCNICO: Pedro Francisco da Silva Filho
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Gilberto Francisco Baldasso

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE)

PRESIDENTE: Zenaide Honório
DIRETOR TÉCNICO: Clemente Ganz Lúcio
COORDENADORA TÉCNICA DO SISTEMA PED: Lúcia dos Santos Garcia
SUPERVISOR REGIONAL: Ricardo Franzói

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (Seade)

DIRETORA-EXECUTIVA: Maria Helena Guimarães de Castro

Apoio Financeiro: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTRO: Miguel Rossetto

EQUIPE EXECUTORA

Supervisão: Rafael Bassegio Caumo (FEE), Michele Krieger Bohnert (FGTAS) e Virginia Donoso (DIEESE).

Estatístico Responsável: Patrícia Klaser Biasoli (FEE).

Pesquisa de Campo: Estela Belíssimo Campos de Abreu (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Aurora Célia V. Maciel, Clotilde Rejane Meneghetti (FEE). **Estagiários:** Guilherme Andrei Castelo Branco Navarro, Luana Fernandes De Nardin, Nathali Almeida Rios e Nathaly Santos Ferro (FEE). **Equipe de Aplicação:** **Auxiliares:** Camila Marques de Souza (FGTAS), Afonso Gaviraghi Ferreira, Daniel Leal Vieira Silveira, Luciano Bracht Barros, Sandra Targanski Krieger (FEE). **Equipe de Crítica:** **Técnicos:** Jaqueline Cristiane dos Santos, Juliano Florczak Almeida, Luciana Pêss (FGTAS), Adriana Lizete Schneider Dias, Rodrigo Goulart Campelo (FEE). **Análise Socioeconômica e Estatística:** Iracema Keila Castelo Branco (Coordenadora — FEE). **Técnicos:** André Luiz Leite Chaves, Fernanda Rodrigues Vargas, Jorge Augusto Silveira Verlindo, Norma Hermínia Kreling, Raul Luís Assumpção Bastos, Romeu Luiz Knob (FEE) e Claudia Algayer da Rosa (FGTAS). **Bolsista:** Priscila von Dietrich (FAPERGS). **Controle de Qualidade:** Juciara Veiga de Campos (Coordenadora — FEE). **Auxiliares:** Londi Milke, Sílvio José Ferreira, Valmir dos Santos Goulart (FEE) e Marlene P. Rosset (FGTAS). **Estagiários:** André da Silva Simões, Cristiano Pereira da Silva, Daiana Figueira dos Santos, Eduardo Hernandes Dutra, Jorge Américo da Silva Winter Junior, Karolainy de Oliveira dos Reis, Luciano Reis, Matheus Moure Biagin, Ricardo Gausmann Pfitscher, Vinicius Riskala. **Editoração:** Breno Camargo Serafini (revisão) - (FEE).

Conceitos e Metodologia: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Apoio: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FAPERGS)



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL



SEADE



Ministério do
Trabalho e Previdência Social



Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

Duque de Caxias, 1691 — Fone: (51) 3216-9043 — Fax: (51) 3216-9134

Caixa Postal: 2355 — 90010-283 — Porto Alegre-RS

E-mail: ped@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br